

Companhia de Participações em Concessões

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

KPDS 1436603

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 20 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e Administradores da
Companhia de Participações em Concessões**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações em Concessões (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Participações em Concessões em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 25P-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Companhia de Participações em Concessões

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		113.479	80.621
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.021	48.968
Aplicações financeiras	6	22.217	225
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.454	893
Mútuos com partes relacionadas	8	-	2.607
Tributos a recuperar		21.338	17.219
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	8.202	10.436
Despesas antecipadas e outros crédito		247	273
Não circulante		3.203.610	2.781.276
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		365	6.423
Outros crédito		10	10
Investimentos	9	3.201.949	2.773.601
Imobilizado	10	849	616
Intangível	11	421	421
Direito de uso em arrendamento		16	205
Total do Ativo		3.317.089	2.861.897

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		23.991	70.896
Fornecedores		1.056	797
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	265	97
Impostos e contribuições a recolher		906	556
Obrigações sociais e trabalhistas		10.597	13.089
Juros sobre capital próprio	8	11.050	56.100
Passivo de arrendamento		18	199
Outras obrigações		99	58
Não circulante		79.274	55.256
Obrigações sociais e trabalhistas		1.459	2.779
Impostos e contribuições a recolher		424	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	12.1	709	797
Provisão para passivo a descoberto	9.1	76.682	51.664
Passivo de arrendamento		-	16
Patrimônio Líquido	13	3.213.824	2.735.745
Capital social		2.124.977	2.153.877
Reserva de capital		4.119	1.403
Ajuste de avaliação patrimonial		1.136.639	747.604
Prejuízos acumulados		(51.911)	(167.139)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.317.089	2.861.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	14	19.305	21.883
Custo dos serviços prestados		-	(1.755)
Custo com pessoal		-	(1.755)
Lucro bruto		19.305	20.128
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(34.387)	(36.976)
Despesas com pessoal		(18.347)	(25.586)
Depreciação e amortização	10 e 11	(599)	(653)
Serviços		(5.075)	(3.526)
Gastos com viagens e estadias		(1.679)	(1.632)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.842)	(1.633)
Materiais, equipamentos e veículos		(238)	(141)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.206)	-
Indenizações		(1.270)	(255)
Outros		(3.131)	(3.550)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	145.463	167.903
Resultado antes do resultado financeiro		130.381	151.055
Resultado financeiro	15	(2.719)	2.928
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		127.662	153.983
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	566	-
Lucro líquido do exercício		128.228	153.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		128.228	153.983
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		41	(228)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão		41	(228)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		388.994	(99.271)
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior		397.774	(99.271)
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	16.2	(8.780)	-
Total do resultado abrangente do exercício		517.263	54.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de capital			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.777.877	-	847.103	(302.122)	2.322.858
Lucro líquido do exercício		-	-	-	153.983	153.983
Aumento de capital em 24 de maio de 2023		76.000	-	-	-	76.000
Aumento de capital em 31 de agosto de 2023		450.000	-	-	-	450.000
Redução de capital em 20 de dezembro de 2023		(150.000)	-	-	-	(150.000)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	1.403	-	-	1.403
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	(16.150)	(16.150)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	(2.850)	(2.850)
Destinações:						-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(99.499)	-	(99.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.153.877	1.403	747.604	(167.139)	2.735.745
Lucro líquido do exercício		-	-	-	128.228	128.228
Aumento de capital em 1º de fevereiro de 2024	13.1	140.000	-	-	-	140.000
Redução de capital em 23 de outubro de 2024	13.1	(188.900)	-	-	-	(188.900)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	13.5	-	2.716	-	-	2.716
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (líquido)	13.2	-	-	-	(11.050)	(11.050)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (IRRF)	13.2	-	-	-	(1.950)	(1.950)
Destinações:						
Ajuste de avaliação patrimonial	13.3	-	-	389.035	-	389.035
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.124.977	4.119	1.136.639	(51.911)	3.213.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		128.228	153.983
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial		(145.463)	(167.903)
Depreciação e amortização	10 e 11	409	449
Depreciação - direito de uso em arrendamento		190	204
Juros e variação monetária com partes relacionadas	15	(313)	(335)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos trabalhistas e previdenciários	12.1	1.187	1.038
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	15	12	32
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	15	123	408
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		2.053	1.090
Rendimento sobre aplicação financeira		(889)	(652)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.730	7.624
Tributos a recuperar		1.642	(5.022)
Dividendos e juros sobre capital próprio	9	250.145	146.651
Despesas antecipadas e outros créditos		26	346
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		136	(585)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	168	(293)
Obrigações sociais e trabalhistas		(3.812)	3.173
Impostos e contribuições a recolher para imposto de renda e contribuição social		774	(9.635)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(253)
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	12.1	(1.275)	(263)
Outras obrigações		41	29
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		235.112	130.086
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(642)	-
Aumento de capital em investidas e outros movimentos		(107.300)	(450.000)
Mútuos com Partes Relacionadas (Recebimentos)	9.2	926	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(21.103)	58.293
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(128.119)	(391.707)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos		(58.050)	-
Liquidação de operações com derivativos		(8.780)	-
Integralização de capital		160.000	450.000
Redução de capital		(188.900)	(150.000)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal		(210)	(226)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(95.940)	299.774
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		11.053	38.153
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		48.968	10.815
No final do exercício		60.021	48.968
		11.053	38.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios afins, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na –Rua Pais Leme, 524, 4º andar, Sala 1, Pinheiros, CEP 05.424-904, São Paulo – SP.

Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a **Engelog**, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a **Divisão Engelog** e a **Divisão Engelogtec**, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos da Companhia, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu como parte dos pagamentos da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o acervo líquido da Engelog e Engelogtec a sua acionista CCR.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R\$ 2.600.000. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R\$ 647.880) e parte com entrega à CCR de participação acionária detida pela CPC nas controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias, ATP, ND e SPCP (R\$ 1.952.120).

A seguir estão demonstradas as empresas que a Companhia possui participação e os percentuais de participação pertinentes à CPC de forma direta ou indireta:

Holdings e Serviços

Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR España Concesiones	Espanha	CCR	100
CCR España Emprendimientos	Espanha	CCR	100
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CCR	100
IAF	Espanha	CCR	46,5
SPAC	Brasil (MG)	CCR	75

Aeroportos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
Aeris	Costa Rica	Aeropuertos	42,50	1	Maio de 2036
		Desarrollos	52,40		
		Terminal	2,60		
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maio de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
CAP	Curaçao	CAI	100	1	Abril de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Equador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeropuertos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	48,77
		CCR Costa Rica Concesiones	51,23
CAI	Curaçao	CCR España Concesiones	39
		CPA	51
CARE	Curaçao	CAI	100
CCR España Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR España Empreendimientos	Espanha	CPC	100
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimientos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CPA	Brasil	CCR España Concesiones	80
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	51
		CCR Costa Rica Concesiones	49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IBSA BVI	USA	Green Airports	50
		SJO	50
IBSA Finance	Barbados	IBSA BVI	100
Icaros	Equador	Quiport Holdings	100
IAF	Espanha	CPC	46,50
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Empreendimientos	100
Quiama Ecuador	Equador	Quiama	100
Quiama	USA	CCR España Empreendimientos	50
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	99,29
SPAC	Brasil	CPC	75
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	50
		CCR Costa Rica Concesiones	50

Outras informações

As concessões da Companhia consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4(a) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas.

Em 20 de março de 2025, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

12. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e

16. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Controladas em conjunto

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir.

3.2 Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.3 Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também auferir receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14.

3.4 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.6 Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.7 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.8 Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.9 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12 Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.14 Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06; e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18.

3.15 Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1 Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8 e 16.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário – (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8 e 16.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d. Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na respectiva nota explicativa.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	265
Fornecedores e outras obrigações	1.155
Juros sobre capital próprio	11.050

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	37	632
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	59.984	48.336
Total	60.021	48.968

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	22.217	225
Aplicações financeiras (a)	22.217	225
Total	22.217	225

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,10% do CDI, equivalente a 10,78% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (101,21% do CDI, equivalente a 13,26% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo.

7 Imposto de renda e contribuição social

7.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	127.662	153.983
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(43.405)	(52.354)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	49.457	57.087
Despesas indedutíveis	(338)	(290)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(1.092)	(2.475)
Lucros auferidos no exterior	(5.756)	(4.531)
Juros sobre capital próprio	2.550	5.716
IR e CS não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(1.247)	(3.528)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	397	375
Despesa de imposto de renda e contribuição social	566	-
Impostos diferidos	566	-
Alíquota efetiva de impostos	-0,44%	0,00%

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 213.725 (R\$ 72.666 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2024) e em 31 de dezembro de 2023 montante de R\$ 200.354 (R\$ 68.120 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2023) por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos	2024				2023			
	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	1.028	7.045	2.214	10.287	3	12.321	3.211	15.535
Aplicações financeiras	-	-	486	486	-	-	989	989
Bancos conta movimento	-	-	18	18	-	-	610	610
Contas a receber	1.028	-	426	1.454	3	435	455	893
Juros sobre capital próprio	-	7.045	1.157	8.202	-	9.279	1.157	10.436
Mútuo	-	-	-	-	-	2.607	-	2.607
Outros créditos	-	-	127	127	-	-	-	-
Passivo	11.122	20	173	11.315	56.100	25	72	56.197
Fornecedores e contas a pagar	72	20	173	265	-	25	72	97
Juros sobre capital próprio	11.050	-	-	11.050	56.100	-	-	56.100

Transações	2024				2023			
	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	212	212	-	-	579	579
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	56	56	-	-	-	-
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	787	787	-	1.219	693	1.912
Custos / despesas - lanches e refeições	-	6	-	6	-	-	(1)	(1)
Custos / despesas - serviços de campanhas e eventos promocionais	-	-	-	-	-	62	-	62
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	187	-	187	-	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	-	2.206	2.206	-	-	-	-
Custos / despesas - infraestrutura utilizada	(37)	-	-	(37)	-	-	(43)	(43)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	-	4	4	-	-	2	2
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	1.168	-	-	1.168	203	-	-	203
Repasse de custos e despesas de colaboradores	1.804	(1.321)	-	483	(1.036)	(653)	(514)	(2.203)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	(2.109)	(2.109)	-	-	(2.479)	(2.479)
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	(19.814)	-	(19.814)	-	(22.085)	-	(22.085)
Receitas financeiras - mútuos	-	(313)	-	(313)	-	(335)	-	(335)
Receitas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(19)	-	(19)	-	-	-	-

8.1. Despesas com profissionais-chave da Administração

	Diretores - Estatutários e não estatutários	
	2024	2023
Remuneração: (a) (b)	16.350	14.459
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	10.450	8.191
Outros benefícios:	5.900	6.268
Provisão para remuneração variável do ano	5.070	4.834
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (c)	392	954
Previdência privada	424	471
Seguro de vida	14	9

8.2. Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2024	2023
Remuneração dos administradores (a)	7.684	5.583

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria estatutária e diretoria não estatutária);
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R\$ 219, referente as despesas com profissionais-chave; e
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR na Companhia no montante de R\$ 5.226.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 8 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria estatutária e não estatutária da Companhia no montante de R\$ 6.260, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessão do exercício do cargo de administrador.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

Controladora				
	Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado de participações societárias	
	2024	2023	2024	2023
Controladas e controladas em conjunto				
No Brasil				
Bloco Central	508.788	371.197	30.052	(42.753)
Bloco Sul	961.802	996.443	(35.066)	(93.388)
Pampulha	62.464	58.612	9.353	5.308
SPAC	(76.682)	(51.665)	(24.988)	(34.990)
No exterior				
CCR Espanha	482.539	386.347	6.581	195.409
CCR Espanha Empreendimentos	820.830	678.060	144.514	124.602
Green Airports	331.213	245.714	14.738	13.744
IAF	1.581	5.345	2.440	1.594
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios	32.732	31.884	(2.161)	(1.623)
Total	3.125.267	2.721.937	145.463	167.903
Investimentos	3.201.949	2.773.601		
Provisão para passivo a descoberto	(76.682)	(51.664)		

9.2 Movimentação do investimento

	Controladora	
	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	2.721.937	2.358.591
Resultado de equivalência patrimonial	145.463	167.903
Aumento/(redução) de capital	107.300	450.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(247.911)	(155.371)
Ajuste de avaliação patrimonial	397.815	(99.499)
Outras movimentações	663	313
Saldos em 31 de dezembro	3.125.267	2.721.937

9.3 Informações financeiras resumidas

	2024			2023			2024		2023	
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Controladas										
No Brasil										
Bloco Central	1.648.111	1.139.273	508.838	1.243.446	872.248	371.198	795.167	30.100	383.330	(42.757)
Bloco Sul	4.637.421	3.675.577	961.844	3.650.511	2.654.069	996.442	1.615.756	(35.023)	845.503	(93.392)
Pampulha	125.118	62.654	62.464	123.559	64.948	58.611	67.114	9.353	56.286	5.308
SPAC	260	102.504	(102.244)	334	69.221	(68.887)	-	(33.357)	-	(47.082)
No Exterior										
CCR Espanha Concesiones	589.831	104.315	485.516	470.644	84.298	386.346	-	6.581	-	195.409
CCR Espanha Empreendimentos	849.727	28.895	820.832	678.635	574	678.061	-	144.514	-	124.602
Green Airports	332.266	1.053	331.213	246.892	1.178	245.714	-	14.738	-	13.744
Total	8.182.734	5.114.271	3.068.463	6.414.021	3.746.536	2.667.485	2.478.037	136.906	1.285.119	155.832

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado			Total em operação	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos operacionais			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	168	194	402	764	301	1.065
Transferências	-	297	-	297	(297)	-
Depreciação	(98)	(135)	(216)	(449)	-	(449)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70	356	186	612	4	616
Custo	979	1.256	2.158	4.393	4	4.397
Depreciação acumulada	(909)	(900)	(1.972)	(3.781)	-	(3.781)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70	356	186	612	4	616
Adições	-	-	-	-	642	642
Transferências	1	-	-	1	(1)	-
Depreciação	(71)	(155)	(183)	(409)	-	(409)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	201	3	204	645	849
Custo	980	1.256	2.158	4.394	645	5.039
Depreciação acumulada	(980)	(1.055)	(2.155)	(4.190)	-	(4.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	201	3	204	645	849
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2024	10	16	10			

11 Intangível

	Intangível			Total do Intangível
	Uso de sistemas informatizados	Total em operação	Sistemas informatizados em andamento	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	15	15	406	421
Custo	17	17	406	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15	15	406	421
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15	15	406	421
Custo	17	17	406	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15	15	406	421
Taxa média anual de amortização %				
Em 31 de dezembro de 2024	22			

12 Riscos trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias.

12.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	797	797
Constituição	1.142	1.142
Reversão	(12)	(12)
Pagamentos	(1.275)	(1.275)
Atualização de bases processuais e monetária	57	57
Saldo em 31 de dezembro de 2024	709	709

12.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Trabalhistas e previdenciários	-	2.385
Total	-	2.385

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 2.124.977, dividido em 1.091.199.743 nominativas ordinárias e 1.091.199.743 nominativas preferenciais.

Em 1º de fevereiro 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 160.000, mediante aporte em moeda corrente do País.

Em 23 de outubro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R\$ 188.900.

As ações estão assim distribuídas:

	2024				2023			
	Participação acionária	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Ações integralizadas	Participação acionária	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Ações integralizadas
CCR S.A.	99,99999999%	1.091.199.743	1.091.199.744	2.182.399.487	99,99999999%	1.030.907.104	1.030.907.105	2.061.814.209
SIP - Sociedade de Investimentos e Participações Ltda	0,00000001%	1	-	1	0,00000001%	1	0	1
	100%	1.091.199.744	1.091.199.744	2.182.399.488	100%	1.030.907.105	1.030.907.105	2.061.814.210

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Juros sobre capital próprio

Em 19 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2023, no montante bruto de R\$ 13.000, correspondente a R\$ 5,95674626551 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 11.050, serão pagos conforme vierem a ser liberados oportunamente.

13.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido.

13.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos pela Companhia de seus acionistas, destinados a aumentar o capital social.

13.5 Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 99.124;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 99.124 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 2.716.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	19.814	22.085
Receita de partes relacionadas	19.814	22.085
Deduções das receitas brutas	(509)	(202)
Impostos sobre receitas	(509)	(202)
Receita operacional líquida	19.305	21.883

15 Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(11.063)	(8.419)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(363)	(613)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(12)	(32)
Comissões sobre fianças	(1.923)	(4.358)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(8.765)	(3.416)
Receitas financeiras	8.344	11.347
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.563	8.881
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	240	205
Juros e variações monetárias sobre ativos	313	335
Juros e outras receitas financeiras	1.228	1.926
Resultado financeiro líquido	(2.719)	2.928

16 Instrumentos financeiros

16.1 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
Ativos	Nível	91.894	63.129
Valor justo através do resultado		82.238	49.193
Caixa e bancos	Nível 2	37	632
Aplicações financeiras	Nível 2	82.201	48.561
Custo amortizado		9.656	13.936
Mútuo com partes relacionadas		-	2.607
Dividendos e juros sobre capital próprio		8.202	10.436
Contas a receber de partes relacionadas		1.454	893
Passivos		(12.470)	(57.052)
Custo amortizado		(12.470)	(57.052)
Fornecedores e outras obrigações		(1.155)	(855)
Juros sobre o capital próprio		(11.050)	(56.100)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(265)	(97)
Total		79.424	6.077

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2024, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou e liquidou *NDF* para a proteção contra a variação cambial em relação aos saldos abertos com a fornecedora Alstom.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Resultado	
		Moeda local		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Perda em resultado abrangente	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
NDF - risco de câmbio							
Posição Ativa	2024	220.436	-	(8.780)	-	(8.780)	-
		220.436	-	(8.780)	-	(8.780)	-

16.3 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

16.4 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e mútuos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) e (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	82.318	9.961	7.471	4.981
Efeito sobre as aplicações financeiras		9.961	7.471	4.981
Total do efeito líquido de ganhos		9.961	7.471	4.981

A taxa de juros considerada foi⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
--------------------	----------	----------	----------

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

17 Demonstrações dos fluxos de caixa

17.1 Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	76.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	76.000
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(76.000)
Capital social	-	(76.000)

17.2 Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Adiantamento para futuro aumento de capital	Capital social	Juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(76.000)	(2.077.877)	(56.100)	-	(215)	(2.154.092)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	76.000	(47.100)	58.050	8.780	210	95.940
Aumento e redução de capital em investidas	76.000	(47.100)	-	-	-	28.900
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	58.050	-	-	58.050
Liquidação de operações com derivativo	-	-	-	8.780	-	8.780
Pagamentos de principal	-	-	-	-	210	210
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(13.000)	(8.780)	(13)	(21.793)
Juros sobre capital próprio	-	-	(13.000)	-	-	(13.000)
Resultado abrangente das operações com derivativos	-	-	-	(8.780)	-	(8.780)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(2.124.977)	(11.050)	-	(18)	(2.136.045)

18 Evento subsequente

Em 10 de fevereiro 2025, foi contratado Escrituração da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 74.000, com vencimento em 10/02/2030. Remunerada a DI+0,95% a.a..

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar
Roberto Penna Chaves Neto

Diretor Presidente
Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/0-0